



EMPREGACESSIBILIDADE

PAINEL DA APLICAÇÃO DAS LEIS PROTETIVAS
DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA PARA A
GARANTIA DE ACESSO AO MUNDO DO TRABALHO



Leis	Ementa
<u>LEI Nº 7.853, DE 24 DE OUTUBRO DE 1989</u>	Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.
<u>LEI Nº 7.405, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1985</u>	Torna obrigatória a colocação do "Símbolo Internacional de Acesso" em todos os locais e serviços que permitam sua utilização por pessoas portadoras de deficiência e dá outras providências.
<u>LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990</u>	Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.



EMPREGACESSIBILIDADE

PAINEL DA APLICAÇÃO DAS LEIS PROTETIVAS
DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA PARA A
GARANTIA DE ACESSO AO MUNDO DO TRABALHO



<u>Lei nº 8.213 de 25 de julho de 1991</u>	Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência e dá outras providências a contratação de portadores de necessidades especiais.
<u>DECRETO Nº 3.298, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1999</u>	Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.
<u>LEI No 10.048, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2000</u>	Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências.
<u>LEI No 10.098, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000</u>	Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
<u>Lei Federal nº 10.436, de 24 de abril de 2002</u>	Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e dá outras providências.



EMPREGACESSIBILIDADE

PAINEL DA APLICAÇÃO DAS LEIS PROTETIVAS
DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA PARA A
GARANTIA DE ACESSO AO MUNDO DO TRABALHO



<u>DECRETO Nº 3.956, DE 8 DE OUTUBRO DE 2001</u>	Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.
<u>LEI Nº 10.753, DE 30 DE OUTUBRO DE 2003</u>	Institui a Política Nacional do Livro
<u>DECRETO Nº 5.296 DE 2 DE DEZEMBRO DE 2004</u>	Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
<u>DECRETO Nº 5.626, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005</u>	Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.
<u>LEI Nº 11.126, DE 27 DE JUNHO DE 2005</u>	Dispõe sobre o direito do portador de deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão-guia.



EMPREGACESSIBILIDADE

PAINEL DA APLICAÇÃO DAS LEIS PROTETIVAS
DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA PARA A
GARANTIA DE ACESSO AO MUNDO DO TRABALHO



<u>Portaria nº 310, de 27 de junho de 2006</u>	Aprova a Norma Complementar nº 01/2006 - Recursos de acessibilidade, para pessoas com deficiência, na programação veiculada nos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão.
<u>DECRETO Nº 5.904, DE 21 DE SETEMBRO DE 2006.</u>	Regulamenta a Lei no 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre o direito da pessoa com deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhada de cão-guia e dá outras providências
<u>DECRETO LEGISLATIVO Nº 186, de 2008</u>	Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007.
<u>DECRETO Nº 6.949, DE 25 DE AGOSTO DE 2009</u>	Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.
<u>Recomendação Nº 27 de 16/12/2009 Recomenda aos</u>	Tribunais relacionados nos incisos II a VII do art. 92 da Constituição Federal de 1988 que adotem medidas para a remoção de barreiras físicas, arquitetônicas, de comunicação e atitudinais de modo a promover o amplo e irrestrito acesso de pessoas com deficiência às suas dependências, aos serviços que prestam e às respectivas carreiras, para a conscientização de servidores e jurisdicionados sobre a



EMPREGACESSIBILIDADE

PAINEL DA APLICAÇÃO DAS LEIS PROTETIVAS
DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA PARA A
GARANTIA DE ACESSO AO MUNDO DO TRABALHO



	<p>importância da acessibilidade enquanto garantia ao pleno exercício de direitos, bem como para que instituíam comissões de acessibilidade visando ao planejamento, elaboração e acompanhamento de projetos e metas direcionados à promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência.</p>
<u>Assembléia na ONU</u>	Convenção Direitos das PcDs - Protocolo facultativo ratificado
<u>Censo 2010</u>	População 190.732.694 (100%) / PcDs 45.623.910 (23,9%)
<u>LEI Nº 12.319, DE 1º DE SETEMBRO DE 2010</u>	Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.
<u>DECRETO Nº 7.612, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011</u>	Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite.



EMPREGACESSIBILIDADE

PAINEL DA APLICAÇÃO DAS LEIS PROTETIVAS
DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA PARA A
GARANTIA DE ACESSO AO MUNDO DO TRABALHO



<p><u>RESOLUÇÃO Nº 402, DE 26 DE ABRIL DE 2012</u> <u>MINISTÉRIO DAS CIDADES</u> <u>CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO DOU de 07/05/2012 (nº 87, Seção 1, pág. 62)</u></p>	<p>Estabelece requisitos técnicos e procedimentos para a indicação no CRV/CRLV das características de acessibilidade para os veículos de transporte coletivos de passageiros e dá outras providências.</p>
<p><u>LEI Nº 12.764, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012</u></p>	<p>Lei Berenice Piana; Lei de Proteção aos Autistas EMENTA: Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.</p>
<p><u>Resolução nº 280 de 11/07/2013</u></p>	<p>Dispõe sobre os procedimentos relativos à acessibilidade de passageiros com necessidade de assistência especial ao transporte aéreo e dá outras providências.</p>
<p><u>LEI Nº 12.965, DE 23 DE ABRIL DE 2014</u></p>	<p>Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil.</p>



EMPREGACESSIBILIDADE

PAINEL DA APLICAÇÃO DAS LEIS PROTETIVAS
DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA PARA A
GARANTIA DE ACESSO AO MUNDO DO TRABALHO

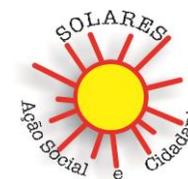


<u>DECRETO Nº 8.368, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2014</u>	Regulamenta a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.
<u>PORTARIA Nº 2.776, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014</u>	Aprova diretrizes gerais, amplia e incorpora procedimentos para a Atenção Especializada às Pessoas com Deficiência Auditiva no Sistema Único de Saúde (SUS).
<u>LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015</u>	Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
<u>Resolução Nº 230 de 22/06/2016</u>	Orienta a adequação das atividades dos órgãos do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares às determinações exaradas pela Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência por meio – entre outras medidas – da convalidação em resolução a Recomendação CNJ 27, de 16/12/2009, bem como da instituição de Comissões Permanentes de Acessibilidade e Inclusão.
<u>RESOLUÇÃO Nº 667, DE 30 DE MAIO DE 2016</u>	Aprova o Regulamento Geral de Acessibilidade em Serviços de Telecomunicações de interesse coletivo.



EMPREGACESSIBILIDADE

PAINEL DA APLICAÇÃO DAS LEIS PROTETIVAS
DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA PARA A
GARANTIA DE ACESSO AO MUNDO DO TRABALHO



<u>PROJETO DE LEI N.º 7.750, DE 2017</u>	Dispõe sobre a utilização do símbolo internacional de acessibilidade; modifica a Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985, e dá outras providências.
<u>Resolução-Anatel nº 677, de 30/5/2017</u>	Altera o prazo contidos nas alíneas “a” e “c” do §1º do art. 2º e no §1º do art. 3º do Regulamento Geral de Acessibilidade, aprovado pela Resolução nº 667, de 30 de maio de 2016.
<u>DECRETO Nº 9.099, DE 18 DE JULHO DE 2017</u>	Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático em formato acessível.
<u>DECRETO Nº 9.405, DE 11 DE JUNHO DE 2018</u>	Dispõe sobre o tratamento diferenciado, simplificado e favorecido às microempresas e às empresas de pequeno porte, previsto no art. 122 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
<u>DECRETO Nº 9.296, DE 1º DE MARÇO DE 2018</u>	Regulamenta o art. 45 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência.



EMPREGACESSIBILIDADE

PAINEL DA APLICAÇÃO DAS LEIS PROTETIVAS
DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA PARA A
GARANTIA DE ACESSO AO MUNDO DO TRABALHO



<u>DECRETO Nº 9.522, DE 8 DE OUTUBRO DE 2018</u>	Promulga o Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com Outras Dificuldades para Ter Acesso ao Texto Impresso, firmado em Marraqueche, em 27 de junho de 2013.
<u>LEI Nº 13.825, DE 13 DE MAIO DE 2019</u>	Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 (Lei de Acessibilidade), para estabelecer a obrigatoriedade de disponibilização, em eventos públicos e privados, de banheiros químicos acessíveis a pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.
<u>DECRETO Nº 10.088, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2019</u>	Atos normativos editados pelo Poder Executivo Federal que dispõem sobre a promulgação de convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho:
<u>LEI Nº 14.126, DE 22 DE MARÇO DE 2021</u>	Classifica a visão monocular como deficiência sensorial, do tipo visual.



EMPREGACESSIBILIDADE

PAINEL DA APLICAÇÃO DAS LEIS PROTETIVAS
DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA PARA A
GARANTIA DE ACESSO AO MUNDO DO TRABALHO



[LEI Nº 14.020, DE 6 DE JULHO DE 2020 Institui o](#)

Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda; dispõe sobre medidas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020; altera as Leis nos 8.213, de 24 de julho de 1991, 10.101, de 19 de dezembro de 2000, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 10.865, de 30 de abril de 2004, e 8.177, de 1º de março de 1991; e dá outras providências. O artigo 17 da Lei nº 14.020/2020 concedeu ao empregado com deficiência o direito de não ser demitido imotivadamente, notadamente em razão de sua maior vulnerabilidade comparado aos empregados não deficientes.